



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Aos Órgãos de Informação

O Conselho de Ministros reunido, no dia 7 de Março de 2023, realizou a sua 8.^a Sessão Ordinária.

Nesta Sessão, o Governo apreciou o Relatório da Visita de Trabalho de Sua Excelência o Presidente da República a Arábia Saudita, de 3 a 5 de Março de 2023.

Na mesma Sessão, o Governo apreciou e aprovou as seguintes Propostas de Leis, a submeter à Assembleia da República:

- Lei que revê a Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto, que aprova a Lei do Trabalho.

A proposta de revisão visa ajustar a Lei à dinâmica do desenvolvimento sócio-económico do país, conformando-a com o quadro jurídico-laboral vigente e com o surgimento de novos sectores de actividade económica, nomeadamente o sector mineiro e petrolífero.

- Lei do Investimento Privado e que revoga a Lei n.º 3/93, de 24 de Junho, Lei de Investimentos.

A proposta estabelece o quadro legal, as bases e os princípios gerais aplicáveis à realização dos investimentos privados, elegíveis ao gozo de garantias e incentivos fiscais e não fiscais, com vista a melhorar o ambiente de investimento e negócios no país.

O Conselho de Ministros apreciou e aprovou:

- O Decreto que aprova o Regulamento do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE) e revoga o Decreto n.º 55/2007, de 8 de Novembro.

Com o Regulamento pretende-se adequar o Sistema aos novos desafios decorrentes da implementação da Estratégia da Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública, estabelecendo princípios, normas, competências e funções dos órgãos do SNGRHE.

- O Decreto que aprova o Regulamento do processo de registo dos subscritores dos Serviços de Telecomunicações e revoga o Decreto n.º 18/2015, de 28 de Agosto.

O Regulamento estabelece o regime jurídico aplicável ao processo de registo dos subscritores dos serviços de telecomunicações a ser observado pelos operadores destes serviços, seus agentes distribuidores e/ou revendedores, entidades públicas, privadas, pessoas singulares detentoras e utilizadoras de dispositivos de comunicações, com base nos serviços de telecomunicações.

- O Decreto que aprova o Regulamento do Exercício de Actividade Farmacêutica e revoga o Decreto n.º 21/99, de 4 de Maio.

O Regulamento estabelece as normas aplicáveis ao exercício da actividade farmacêutica, no sector público e privado, realizada por pessoas singulares ou colectivas.

Ainda nesta Sessão, o Governo apreciou as informações sobre:

- A Situação da Época Chuvosa e Ciclónica 2022/2023, destacando as principais ocorrências, os impactos, as acções realizadas e em curso com vista a minimizar o sofrimento das populações afectadas.
- A Iniciativa Presidencial "Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal".
- O Processo de Desenvolvimento do Compacto II do Millenium Challenge Account.

- O Balanço da Campanha de Comercialização Agrícola 2022 e Lançamento da Campanha de Comercialização Agrícola 2023.

Maputo, 7 de Março de 2023